

## **As preocupações do GECORPA face à crise gerada pela Covid-19**

Justifica-se uma reflexão rigorosa sobre as consequências económicas da crise de saúde pública, na área da conservação e reabilitação do património em Portugal. É inegável a ligação entre o turismo e o património, pelo que merece enorme preocupação as consequências, ainda imprevisíveis, que esta crise provocará na mobilidade e na dinâmica associada ao turismo cultural.

Não é o curto prazo que nos preocupa, mas sim o médio prazo, o que exige enorme realismo no restabelecimento da confiança de todos os atores que trabalham no património e se minimize a imprevisibilidade. Sabe-se que o setor privado é de mais difícil controlo no que se refere às iniciativas futuras, pelo que caberá ao Estado, como o maior proprietário de Património Cultural construído em Portugal, o papel fundamental em definir um planeamento e uma estratégia clara que reequilibre a dinâmica do passado recente, encontrando instrumentos expeditos para dinamizar a economia portuguesa, e particularmente a atividade económica da conservação e reabilitação do património. É atuando bem no presente, mesmo em condições adversas, que se faz o futuro.

O GECORPA propõe um conjunto de medidas, a saber: a) O Orçamento de Estado para 2021 deve incentivar a conservação e reabilitação do Património, não pode ser inferior ao do passado recente; b) Devem ser propostos programas ligados ao Património, associados a instrumentos financeiros simples e claros; c) Incentivar a celeridade da aprovação de projetos em edifícios com valor patrimonial, sem retirar qualidade a essa apreciação. As autarquias e restantes entidades devem agilizar os processos de licenciamento das obras, como forma de mitigarem as forças de abrandamento do sector da construção nos próximos meses; d) Lançar uma campanha de sensibilização da população em geral para o Património em estreita colaboração com as Autarquias e Associações de Defesa do Património; e) O Estado deve dar ênfase à reabilitação do ambiente e à melhoria da qualidade de vida nas cidades, em que a reabilitação do Património ocupe um lugar central e f) O GECORPA deveria integrar, como órgão consultivo permanente, a proposta de decisões sobre a gestão da conservação e reabilitação do património no que respeita ao investimento público e à qualificação dos atores.

Uma eventual redução da velocidade das intervenções no património poderá também ter um reflexo positivo, na medida em que uma das causas principais de perda de património resulta de intervenções mal estudadas e realizadas de forma apressada. O lançamento de ciclos de formação específicas, envolvendo múltiplas instituições, no que se refere à reabilitação e à conservação do Património, nesta fase de algum confinamento seria atrativo e constituiria um contributo para a realização de melhores intervenções.

Os desafios que vivemos podem constituir uma oportunidade, que seguramente nos obrigará a ser mais interventivos e a colocar os talentos que dispomos ao serviço de uma causa tão nobre e imprescindível à sociedade portuguesa como é a preservação do Património.

Junho de 2020

Direção do GECORPA e Associados